ANO II — Lisboa—Sabado, 10 de Agosto de 1918 — N.º 438

Portugal e Brasil

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua do Gradil, 134

Editor — João G. Santos

Telefone: C. 1625

Patria e Monarquia

Este problema da identificação de Patria,—facto social, com a Monarquia,—sua organisação politica, ninguem o colocou melhor do que o insigne Alberto Sampaio. Em nota á sua monumental monografia—, *As villas do Norte de Portugal*, escreve esse malogrado espirito, que entre nós foi o unico tocado pela influencia salutar de Fustel de Coulanges:—«Formado pela educação historica, é ele (o genio de raça, na sua propria frase, quem organisa a vida social; sobre esta, nada pode a acção do governo, decisiva pelo contrario na vida nacional.» De facto assim é. A aptidão comenitaria da gente que subsistiu, através de tantas invasões no noroeste peninsular, veiu, pelo andar dos séculos a traduzir o belo instinto nacionalista, que tornou possivel a formação de Portugal. No entanto, as qualidades naturaes da raça não vingariam nunca, se ás suas tendencias expansivas, mas de instinto e alcance imediato, o Estado não acabasse por lhes conferir uma finalidade e uma consciencia. E' aqui que a Monarquia intervem, realisando pelo egoismo dinastico a consolidação definitiva da Patria, saida já do protoplasma primitivo e entrada enfim na sua diferenciação juridica e politica.

São-me sugeridas as presentes reflexões pelo debate levantado em pleno Parlamento sobre a obra colonisadora da Monarquia no Brazil. O espirito sectario atalhou logo que não fora a Monarquia, mas sim a Patria que no Brazil nos criara um segundo Portugal. Claro que a Monarquia—idéa de regime, bandeira de partido, é uma novidade de importação que só aparece em Portugal, quando a divisão moral do seculo passado procedeu pelo advento dos principios de Revolução ás lutas civis em que o equilibrio das aspirações colectivas seria substituido pela supremacia duma opinião triunfante.

Antes disso, na sua completa significação, a Monarquia em Portugal valia o mesmo que a Patria, de que era o orgão *necessario á sua vitalidade e á sua independencia. Efectivando o acordo das preferencias obscuras da nacionalidade com* o prestigio e a soberania da Realeza, a nossa historia demonstra-nos que de modo nenhum a conveniencia dinastica foi divergente ou antagonica da conveniencia commum. Pode a Monarquia antecedeu a nacionalidade. Mas nacionalidade sem Monarquia é que nós não vemos persistir a fortificar-se na existencia acidentada dos povos da velha Europa.

Compreende-se assim a inteira identificação da Patria com a Monarquia. A Patria reflecte as maiores ou menores possibilidade dum agregado social para o seu desenvolvimento e para a sua permanencia. Esse desenvolvimento e essa permanencia é que se não obteem sem que, no Estado constituido, a noção do interesse duma dinastia nos surja a desposar o interesse da comunidade. A demonstração é facil de se deduzir, se ha quem lhe pretenda denegar a evidencia. Nos termos de Alberto Sampaio, a capacidade organica da raça conseguira entre nós estabelecer a vida colectiva. São os primordios duma nacionalidade, são os seus alicerces mais seguros. E' donde nasce a irresistivel inclinação separatista que Herculano nos assinala insuspeitamente ao observar que «é impossivel deixar de reconhecer na serie dos factos que ilustram a historia do estabelecimento da independencia portuguêsa certo instincto da vida politica individual nas populações áquem do Minho, que já anuncia nelas a futura perseverança com que resistiram desde então até hoje a assimilar-se ao resto da Hespanha e a incorporar-se nela.»

Elemento para contar, de nada nos serviria, entretanto, se a ambição de D. Tareja, consubstanciada depois em D. Afonso Henriques, não désse origem a um Estado lá onde vibrava já em franco florescimento o condicionalismo indispensavel para a nossa existencia livre de povo. No dia em que um principe desfralda o pendão da revolta, é Portugal que se emancipa. Possuindo um chefe, possue na continuidade e na persistencia desse esforço a ação inteligente e una sem a qual não ia poder que permita a defeza e que garante a autonomia.

Apesar de nos *Opusculos* haver afirmado que «na historia das instituições os povos da Peninsula são mais velhos do que eles pensam». Ninguem ignora que Alexandre Herculano considerava Portugal unicamente um produto da politica dos seus principes. «Obra a principio de ambição e orgulho,—comenta o historiador—, a desmembração dos dois Condados do Porto e de Coimbra, veiu por milagres de prudencia e energia a constituir, não a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do XV seculo.» De nada mais careceriam para testemunhar bem claramente quanto a Patria anda ligada á Monarquia, e quanto a Monarquia é a razão essencial de toda a sua vitalidade.

O mesmo juizo nos oferece Oliveira Martins, não obstante a sua funesta teoria do Acaso, negando criminosamente os outros fundamentos da nacionalidade. Pois se na visão restricta dos proprios autores, para quem o nosso nacionalismo não se reveste de nenhuma explicação que não seja a dum simples golpe dinastico, a Monarquia é desta maneira apresentada, como a força intima que gerou a Patria, com dobrados motivos a temos nós que reconhecer e aceitar como tal, olhando á que, sem ela, sem a sua decisão eficaz e rapida o irridentismo do condado portucalense jámais iria alem das debilitadas reivindicações regionalistas da Galiza actual. Alberto Sampaio examinava, pois, o problema com exatidão. Se a vida social já existia, a vida nacional não existiu, enquanto não existiu um governo que lhe imprimisse forma e consistencia.

Mas nós dissemos que pode a Monarquia anteceder a nacionalidade. Mas nacionalidade sem Monarquia é que não se descobre no desenho emmaranhado que são as origens das nacionalidades europeias. Com efeito, em França a Monarquia antecede a Patria cuja unificação começa lentamente, num labor demorado e dificil, com a subida dos Capetos ao trono. Na verdade, só com Henrique IV é que a França concretiza e fixa as linhas definitivas da sua fisonomia. Tambem a Alemanha se arrastou através dum longo purgatorio antes de conhecer a unidade, porque lhe faltou a sequencia dinastica, graças á qual,—depõe Lavisse—, «outros paises se constituiram em Estados que a seguir se tornaram nacionalidades.» Oportunamente, duas nacionalidades, com as suas caracteristicas bem marcadas, bem assentes, acabaram por perder a independencia porque deixaram perder a monarquia no meio das suas discordias intestinas. Refiro-me,—é de ver—, á Hungria e á Polonia.

Mas a Suissa?—preguntarão. Triste «placa giratoria» da Europa, a Suissa não é mais que a neutralização, a favor dos seus visinhos poderosos do antigo caminho da Europa através da montanha. Sem politica externa nem actividade economica apreciavel a Suissa não é uma nação nem um Estado. E' antes um artificio, conservado e guardado pelas conveniencias internacionaes do nosso continente, onde o que ha de estructural e de tipico nada mais é de que a sobrevivencia dum cantonalismo tão arcaico como pitoresco.

Equacionada a questão no ponto em que a colocamos e que é rigorosamente o verdadeiro, não é ficito atribuir á Monarquia o sentido partidario em que as circunstancias presentes a pretendem tomar. Monarquia equivale á unidade da nação pela unidade do poder. Admiravel palavra a de Balzac, ao exclamar em face do embarque de Carlos X em Cherburgo:—«O Rei é a patria incarnada, os reis somos nós mesmos!» Porque o rei é a Patria incarnada, João de Barros,—o antigo, o das *Decadas*, escreveria em Quinhentos:—«Grande gloria he morrer por nossa Lei, per nosso Rey, que são as mais justas causas de morrer. A Grey, que he a congregação dos nossos parentes, amigos, e compatriotas, a que chamamos *republica*, celebra o nosso nome de geração em geração. O nome Portuguez he por isso tão celebrado no Mundo, a quem Deus deo este particular dom sobre todalas as outras Nações, *Defensores de Fé, e leaes ao serviço de seu Rey* (Decada II, livr. 3.º, cap. 3.º).

Sem essa identificação da Patria com a Monarquia, quem com os primeiros Reis, atribuiria direcção ás qualidades construtivas da raça, libertando a terra e enraisando as populações. Um instante, quando uma dispersão de soberania ameaça desfazer o reino herdado, quem o salva senão a energia tão calumiada por vezes do alto politico que foi D. Afonso II? Porque é que a nacionalidade se abisma quasi na morte ao declinar o seculo XV? Porque morre um rei e a sua sucessão é discutida.

Sem duvida, que 1834 são concelhos que iniciam o movimento resgatador. Mas sem um rei, sem a monarquia, esse trecho da nossa epopela municipal abortava em scenas avulsas de carruagem, com todos os stigmas duma verdadeira *jacquerie* que Basilio Telles é o primeiro a denunciar. Porque ha um Rei, a Patria entra no periodo magnifico de quatrocentos. Quem desenvolve a expansão, quem mantem o alto pensamento das descobertas? As unidades de raça afirmam-se, é certo; são a materia prima. Quem as divisa e estimula, porém? O Rei, sempre o Rei, que é na sua forma visivel a Patria bem viva, bem personalisada.

Na hora em que se extingue a segunda dinastia, porque a Pátria, exausta, não consegue impôr um Rei seu natural, o sceptro arrasta comsigo, na sua queda, a perda da nossa independencia. Mas tão depressa encontremos um Rei natural com a resurreição da Monarquia é Portugal que ressurge. No regime de unidade nacional em que a Patria vivia, os eruditos de Alcobaça designam as suas cronicas por «*Monarquia Luzitana*», como nós escreveriamos hoje «*Historia de Portugal*». E consagrando essa estreita aliança, no renascimento do nosso eruditismo, o Padre Antonio Caetano de Sousa comporia a *Historia genealogica da Casa Real*.

Fica mais que evidente a razão porque o duque de Orleans ditou um dia a sua fórmula celebre:—«*Tudo o que é nacional é nosso!*» E' que a Monarquia, pairando acima das dissenções, mais alta e mais forte que os partidos, quando não cria a patria, é o unico principio que a conserva e glorifica. Na insurreição do individuo contra a especie, não o quereràn assim as mentalidades mordidas do peor sectarismo.

Quere-o, porém, a obra secular da nossa historia, que é a obra dos nossos Reis colaborando com a nossa raça. Meditemos a sua grande lição! Deixaram-nos ficar eles em morgado o patrimonio sagrado da terra portuguesa. Não foram perante as gerações senão os seus administradores. «Procurador dos descaminhos do Reyno», —se intitularia duma vez, expontaneamente, a si proprio el-rei D. João IV.

Descaminha-se o Reino,—se não acudirmos ao patrimonio, por mais sagrado que seja, as nossas mãos criminosas vam delapidar. Porque o Rei está ausente, é que a Patria está em perigo. Renove-se o velho consorcio de Portugal com a Monarquia e logo haverá quem nos reconcie e cam inhe á nossa frente!

Antonio Sardinha.

Dr. Rolão Preto

Esteve em Lisboa e deu-nos o prazer da sua visita este nosso presado amigo e correligionario.

A carta duma Rainha

Publicamos hoje um documento da mais alta e da mais bela significação. E' a carta que D. Carlota Joaquina dirigiu a seu marido, quando as Côrtes de 22 a quizeram expulsar por não ter jurado a Constituição. Prisioneiro dos revolucionario, D. João VI capitulou nessa abdicação da Realesa. Mas a rainha ficou de pé, incarnando admiravelmente todo o espirito da Contra-Revolução. Precisamente, porque foi em Portugal a alma da politica intentada pela Santa Aliança, é que D. Carlota Joaquina sofreu a calunia e o descredito. O processo dos seus difamadores já se fez em tempos nas colunas de *A Monarquia*. Continuamos hoje essa obra reparadora, ressurgindo duma velha papelada o magnifico depoimento que se segue.

Senhor.—Recebi esta noite, pelas mãos dos vossos ministros, um decreto para deixar o vosso Reino. E' pois para me mandar desterrada que V. M. me obriga a descer do trono, a que me chamou. De todo o meu coração vos perdôo e me compadeço de V. M. Todo o meu desprezo e aversão ficará reservado para os que vos rodeiam, e que vos enganam. Na terra do desterro eu serei mais livre que V. M. em vosso palacio. Eu levo comigo a liberdade; o meu coração não está escravisado, nem jámais se curvou deante dos altivos subditos que tem ousado impôr leis a V. M. e querem forçar a minha consciencia a dar um juramento que ela desaprova. Eu nunca acedi ás suas ameaças. Obedeço unicamente á voz do ceu, que diz que, se o tempo da minha grandeza passou, o da minha gloria é chegado, porque de mim se dirá: A Rainha guardou inviolavel a dignidade do Diadema; não deixou se manchasse o seu esplendor; e quando Testas coroadas, que empunhavam o Sceptro e a Espada, sucumbiram, ela se manteve firme e impavida, como Esposa submissa eu vos obedecerei, Senhor, mas obedecerei unicamente a V. M., e só a V. M. direi que o meu padecimento e o rigor da estação tornam no momento atual impossivel a minha partida.

Ainda não exigiram de vós o decreto da minha morte. Em breve partirei; mas aonde dirigirei meus passos para achar um asilo socegado? A minha patria como a vossa veio a ser vitima do espirito de revolução. Meu irmão, como V. M. é um captivo coroado e em vão sua joven Esposa requer o privilegio de se lamentar comigo em algum pio retiro. V. M. me não recusará a companhia de minhas filhas. Entre as leis que se vos impõe, nenhuma ha que separe os filhos de suas mães, e ainda que os meus direitos como Rainha não sejam reconhecidos, os de mãe serão respeitados.

Ao aproximar-se a primavera deixará o vosso Reino, a terra onde reinei e onde fiz algum bem. Irei e participarei dos perigos de meu Irmão. Eu lhe direi: Não poderam dobrar a minha resolução; estou em desterro, mas a minha consciencia está pura, pois me lembro do sangue que corre nas minhas veias. A Deus Senhor; eu vos deixo idoso e enfermo sobre um trono vacilante. Ao separar-me de V. M. é grande a minha magoa. Vosso filho não está convosco e os malevolos põe entre vós uma barreira maior que o mar. Pende de vossas cas uma coroa maculada Ah! queira aquele Senhor que reina sobre os Reis vigiar sobre V. M. e confundir vossos inimigos. Onde quer que existir a esposa que vós desterraes, hade orar por V. M.! Ela pedirá a Deus vos conceda larga vida, e, ao paiz de que é lançada fóra, felicidade e paz.—*Rainha.*

Alves Morais

Antigo republicano, o dr. Alves Moraes é hoje pelo seu alto saber e pelo seu exemplo uma das glorias do nosso movimento. Jurista sabedor e experimentado, a realidade social dá-lhe a noção justa do valor e do alcance das instituições tradicionais. Desdesempre, a sua pena se tem ocupado dos mais momentosos problemas da economia nacional. Nessa ordem de ideias a *Monarquia* inicia hoje a publicação dum estado do nosso prestigioso correligionario, que é sensivelmente alguma coisa de notavel e de duradoiro. A sua lição ha-de ficar nos espiritos abertos ás grandes evidencias, contando o nosso movimento mais um motivo de bem compreensivel orgulho da colaboração que o dr. Alves Moraes nos dispensa, e duma maneira tão construtiva e consciente.

A «Patria!»

Este nosso presado colega do Porto, que tão bem tem sabido honrar a nossa Causa, transcreve no seu ultimo numero o que sobre o incidente Solano de Almeida se escreveu na *Casa de Orates* do nosso camarada Felix Correia.

Agradecemos ao valoroso colega as amigaveis palavras que nos dispensa.

POLITICA

I—Monarquicos e republicanos

Mayer Garção, o inolvidavel neto do auctor da Cantata de Dido, continúa no seu orgão *ex-sidonista* a profissão do avô—: escrever cantatas. E assim, a proposito dum artigo do nosso prezado e ilustre colega *O Dia* sobre o manifesto do partido democratico, Mayer salta na *Manhã* com um sugestivo titulo num artigo que, como todos os seus, não passa duma cerzidura de logares comuns sobre os monarquicos.

O director da *Manhã* escreve sobre o manifesto democratico. Defende-o. Justifica-o, esquecido já do que escreveu sobre o mesmo democratismo, logo após o movimento de Dezembro, e que fez com que o *Mundo* lhe publicasse novamente os sonetos de homenagem ao sr. Afonso Costa.

E depois de fazer a apologia do democratismo, a sua defeza, o seu elogio, Mayer Garção estranha que os monarquicos se *alarmassem* com a publicação do manifesto, e pergunta, muito ancho, como no tempo em que fazia sonetos *afonsistas—que mal pôde advir do partido democratico?*

—Oh! carissimo lunatico! Absolutamente nenhum... Apenas advirão, ao contrario, inumeraveis bens, inolvidaveis serviços á Patria, mais inolvidaveis ainda do que aqueles que a Patria lhe deve já, de 5 de Outubro para diante...

Mas Mayer continua; e na sua logica de ferro, iluminada por aquele nova combustivel chamado «Ideal», que o director da *Manhã* inventou para fazer pirraça do senhor Almeida Lima,—conclue:—«ou os monarquicos procuram mistificar-nos com a sua força, ou se apossou deles um panico inexplicavel e irresistivel, que mais parece uma manifestação de loucura».

II — O Interesse Nacional

Mayer da *Manhã* chega a semelhante conclusão porque não pode compreender como, afirmando os monarquicos constantemente que teem consigo a maior parte do paiz, todas as suas forças vitaes, agora, perante um simples pedaço de papel democratico, se *aterrem* duma forma extraordinaria! Não comprende que os monarquicos teem realmente que se *aterrar* perante as manifestações do democratismo, não porque tenham perdido a sua força, cada vez mais forte e unificada, mas sim atendendo ao *Interesse Nacional*, que nos impõe uma abdicação temporaria de força, em proveito do Paiz.

Uma revolução seria mais uma desgraça sobre esta terra por onde, parece, passou um tufão de maldição, que de todo ainda não nos abandonou.

E' por isso que os monarquicos temem revoluções, neste momento em que não deveria haver dissenções partidarias, em holocausto á Patria que atravessa horas de amargura e desespero.

Do Exilio, S. M. El-Rei teve a previsão do que seriam revoltas neste periodo tragico, teve a nitida compreensão do *Interesse Nacional*—e ordenou-nos que transitoriamente nos unissemos todos em prol da Patria comum, abatendo o estandarte da Restauração.

E' por isso, e só por isso, que os monarquicos se aterram com os prenuncios duma nova revolução. Não é, como julga Mayer do Ideal, porque tivessem perdido a sua força, que, repito, é cada vez maior.

Esta «gaffe» do director da «Manhã» tem, porém, atenuantes: — a sua pouca percepção intellectual e a ausencia absoluta dum Principio conductor que lhes indique, a eles, republicanos, quaes os seus deveres num momento em que a Patria periga.

III —Mentalidade monarquica

«Realmente, este terror (dos monarquicos) justifica-se,»—diz Garção. Eles sabem que «não teem o exercito, que não teem a marinha, que não teem o operariado, e que, *quanto á intelectualidade que reivindicam ela não passa da coterrie de alguns pedantes, e da pretenção de alguns snobs.*

O italico é meu. E sublinhei esse pedaço do inventor do «Ideal» para acentuar bem a reincidencia dele sobre uma coisa em que não deveria tocar... para seu bem.

Mayer Garção já não se recorda das tarefas que aqui lhe foram aplicadas pelo Conde de Monsaraz e por Armando da Silva, quando Mayer Garção, julgando que as nossas doutrinas eram as doutrinas republicanas, se meteu a discutir o *Integralismo*. Esquecia-se das constantes demonstrações que a geração nova faz do seu monarquismo intelectual, das suas convicções fortemente radicadas, da sua crença na superioridade da Monarquia sobre a Republica. Esquece-se da reabilitação da Historia que o Integralismo faz, especialisando a reabilitação, *forte e exuberantemente documentado*, que Antonio Sardinha tem feito de D. João VI nestas colunas e no Parlamento, e perante a qual a mentalidade republicana se conserva num mutismo vergonhoso...

A mentalidade republicana!

Eu ainda me lembro bem como a maioria republicana aceitou a «prova» feita em pleno Parlamento pelo nosso redactor principal de que a retirada de D. João VI para o Brazil não foi uma fuga:—com risos estupidos...

Mentalidade republicana! — Mas isso é coisa que tenha existencia real?

Eu bem vejo como ela responde ao repto aqui lançado durante tanto tempo para a discussão das nossas doutrinas! Eu bem vejo a obra da mentalidade (!) da Liga da Mocidade Republicana que, para fazer conferencias, precisa convidar velhos professores! Bem vejo as suas manifestações intelectuaes, que não passam, benza-as Deus!, de berros á Liberdade e Direito!...

E a mentalidade monarquica?

— Oh! por amôr de Deus, senhor Mayer... não fale nisso que lhe póde ser prejudicial...

Augusto da Costa

Portugal almotacelado

Os seus fundamentos

A minha campanha encetada ha um ano ou durante um anno na «Monarquia» e na «Patria» pugnando insistentemente pela taxação dos preços de todos os artigos necessarios á subsistencia do paiz, tanto alimentares como doutra ordem, como vestuario, calçado, iluminação, combustivel, etc., depois de tanta relutancia parece que vae emfim produzir os seus resultados, visto o caminho por onde o governo quer enveredar em face da conjectura presente da guerra e falta absolutamente de transportes que possam distribuir livremente os productos de consumo por todo o comercio.

As proprias leis naturaes da oferta e da procura—(quando a oferta é maior do que a procura, baixa o preço do artigo, e quando o inversamente, se dá o contrario) leis que são a traducão dos principios fisiocratas — «laissez faire, laissez posser», ou do aforismo de Cobden, celebre economista inglez — «quando dois operarios correm atraz dum industrial baixa o salario», ou sucede o contrario—quando dois industriaes correm atraz do operariado, ordenam neste momento a sua derrogação. Todos estes principios supoem que o mercado no meio industrial se acha suficientemente abastecido numa escala constante, sem crises de abundancia ou de penuria, a ponto de que os factores industriaes e economicos, só por si, em virtude destas crises, principalmente a da falta absoluta de artigos, resultam improficuos.

Em tal caso, que é o actual, só a autoridade, com todas as suas modalidades e divisões, é competente para se impôr e resolver o melhor que possa a situação dura que se atravessa. Só ela, com a força que lhe oferece o seu poder gerente, é capaz de fazer uma distribuição dos productos o menos injustamente por todo o corpo da nação. Só o governo em tal caso, a autoridade publica numa palavra que não tem interesse de classe, que não se pode locupletar com o suor alheio, que lhe é proibido fazer comercio e ainda porque tem interesse, para se prestigiar, em fazer bem a todos,—só ele em tal caso pode ser util á sociedade e gerir os interesses nacionaes com menos injustiça, dizemos.

Só quem é cego, ou interessado nos proventos de qualquer classe, é que pode em circunstancias tão graves de falta absoluta de subsistencias, que outra coisa não é para quatro quintas partes da população portuguesa pagar-se um quilo de assucar a 2$000, 2$500 réis, etc.; um de batatas a 140, 200 e 300 réis; um quilo de arroz a 600 réis; um litro de azeite a 900 réis; um quilo de bróa a 360, isto quanto a alimentos; e, quanto a vestuario e calçado, um metro de riscado, ou chita, ou pano cru, que custava de 80 réis até 180 ou 200, pagar-se hoje 800, 900 ou 1$000 réis e um par de calçado 12$000 réis.

Quem se pode vestir, calçar, alimentar, ter roupa limpa, higiene para o corpo e para o leito? Quem? Não os remediados, ou da classe media; não os funcionarios publicos, quasi na totalidade,—excepção sómente dalgum grande tubarão. Quem ha ahi tão pouco dorido dalma e curto de inteligencia que perante este pavoroso quadro não recue de espanto e não diga—«que povo é este de famintos e de esfarrapados que se deixa comer, ludibriar, espesinhar por uma classe pseudo comercial, ignobil e ovára, que no meio da pobreza de quasi toda a gente, sedenta da ganhuça, vive á farta, gasta á large?» A sua propria calxeirada impa tambem de farta, estreia roupas todos os dias, faz despesas extraordinarias como gente rica! E' entao neste meio que os livres cambistas dos jornaes que ainda ontem eram protecionistas dos preços, logo que viram que o governo procedia com energia cumprindo os regulamentos sobre as subsistencias, e talvez para agradar aos seus leitores, vem proclamar o comercio livre! Salve os Deus e a sua coerencia!

Diz um: «Comercio livre! Comercio livre! Deixá-los (os comerciantes) que se comam uns aos outros! Sim, que eles são tolos! Pela certa, uniam-se para nos comer a nós. E' isso o que se tem feito até na abundancia de generos comerciaes; e o que seria agora em que escasseiam! Se os generos e artigos abundassem, o preço descia e a venda crescia na mesma proporção; o numero de vendas dava ao negociante o rendimento que desejava, o ganho que queria; mas se as mercadorias faltam, o preço cresce e é necessario elevar continuamente o preço aos artigos; e para justificar esta alta torna-se necessario fazer o vácuo da mercadoria. Daí esconde-la. Todos os negociantes fazem isto. E' o que acaba de mostrar-se pelos varejos ultimamente efectuados.

As classes intermediarias são sempre exploradoras: vivem á custa do productor e do consumidor. Se não existissem, a dos productores tornar-se-ia tambem exploradora até certo ponto. E' a razão porque o regime antigo fixou tanto o preço dos artigos aos productores, como ao comercio; este, nesse tempo era menos importante e os productores, essencialmente agricolas, eram os comerciantes da sua propria produção como os industriais o eram dos productos das suas proprias industrias ou artefactos.

A taxação dos preços de todos os artigos de primeira necessidade, e não só dos alimentares, é a unica medida que pode salvar a situação, e que o governo tem a obrigação de tomar, sem contemplações de especie alguma, sem attender a que se trata de classes ricas ou pobres, de capitalistas ou de proletarios, de burguezes ou de operarios, de patrões ou de empregados, de ricos ou de pobres, de nacionaes ou de estrangeiros, de neutros ou de beligerantes, de republicanos ou de monarquicos, de integralistas ou de democraticos, de sidonistas ou de unionistas, de evolucionistas ou de reviralhistas, de afonsistas ou de camachistas, de catholicos ou de livres pensadores, de maçons ou de não maçons, de judeus ou de christãos, de brancos ou de pretos, de amarelos ou de vermelhos, de azues ou de verdes, de fortes ou de fracos